

Declaração Política sobre Transportes

Senhora Presidente

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Já em pleno Verão IATA aproximamo-nos, a passos largos, para os principais meses de demanda turística da nossa região (nomeadamente junho, julho e agosto).

Nos anos transatos foi evidente a grande procura turística da Região que as estatísticas, aliás, demonstram e confirmam, tendo sido motivo de júbilo aos mais diversos níveis.

O crescimento turístico verificado trouxe, como não podia deixar de ser, não só desafios como problemas que, a não serem solucionados em devido tempo, não só, inevitavelmente, se agravarão como colocarão em causa os benefícios que o crescimento do setor aporta para a região e para as suas populações.

Problema cimeiro numa região insular como a nossa é, sem dúvida, a questão da mobilidade e dos transportes entre as suas diversas parcelas e, se a mobilidade e o transporte de pessoas e bens inter-ilhas se coloca com importância de primeira grandeza no dia a dia dos açorianos, como a procura intensiva por parte do turismo que, sobretudo, nos meses já referidos assume contornos verdadeiramente inauditos.

Nos anos anteriores verificámos neste período do ano a incapacidade prática de resposta à demanda de transporte aéreo inter-ilhas, nomeadamente por parte da SATA Air Açores, que com uma frota reduzida e horários e rotas discutíveis, não só foi incapaz de assegurar o escoamento expedito e eficaz do tráfego de passageiros, como inevitavelmente se viu



incapacitada de responder de forma aceitável até a necessidades básicas de transporte dos açorianos.

Senhora Presidente

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Como por mais de uma vez já denunciámos verificaram-se problemas gravíssimos perante viagens por razões de saúde ou outros motivos ponderosos, isto para não referir que a indisponibilidade de lugares por parte da SATA Air Açores nas ligações inter-lhas, constitui também uma barreira real de limitação ao crescimento do sector turístico nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

Mas os problemas não se ficaram apenas pela indisponibilidade de lugares mas também aos horários praticados, que forçaram frequentemente muitos passageiros a pernoitar nas ilhas de São Miguel ou da Terceira em ligações entre as restantes ilhas e o continente, sendo que estas estadias forçadas são um custo extra que é imposto aos açorianos no exercício do seu direito à mobilidade e contribuem também para desviar turistas que, perante a perspetiva de percursos tão longos, optam por não sacrificar o seu tempo disponível, não se deslocando às restantes ilhas dos Açores.

A política do Governo Regional do PS, de colocar a SATA a fazer reencaminhamentos gratuitos de passageiros de Companhias Aéreas privadas, para além de colocar a SATA a financiar essas empresas sem reais e objetivas contrapartidas e, pior ainda, sem se preocupar minimamente com a afetação do direito à mobilidade por parte dos açorianos, é uma política não só errada como atentatória dos direitos e interesses das populações da nossa Região.

Senhora Presidente

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Ao colocarmos em primeiro plano o direito à mobilidade dos açorianos não podemos, de modo algum, esquecer o direito que estes têm da circulação das suas mercadorias, bem como a que lhes sejam garantidas as condições necessárias ao escoamento dos seus produtos em tempo útil.

São bem conhecidos os problemas recorrentes colocados no dia a dia aos pescadores pela indisponibilidade de lugar para o escoamento do pescado nos voos inter-ilhas, o que é tanto mais grave quanto é certo que sendo o pescado um produto perecível perde valor com a demora de colocação no mercado.

Sendo certo que é precisamente no Verão que os pescadores disfrutam de condições meteorológicas que lhes permite aumentar a quantidade de capturas, não só não é aceitável que, precisamente, nessa época haja menos disponibilidade de lugar para o escoamento do pescado, como estamos perante um autêntico crime económico visando os pescadores.

Tal situação é totalmente intolerável e completamente inaceitável.

Senhora Presidente

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

A Política do Governo Regional do PS no tocante ao transporte aéreo tem como grandes linhas mestras, não a resolução dos problemas em função das necessidades específicas dos Açores e dos Açorianos, mas sim em função de servir interesses privados de grupos económicos.



Quando em vez de manter a SATA na esfera pública, tendo em mãos este valiosíssimo instrumento de atuação no domínio do transporte aéreo, se opta pela entrega a privados, que logicamente apenas têm por objetivo a obtenção do máximo possível de lucro, está o Governo Regional do PS, objetivamente, a optar, não pelo interesse público de todos os açorianos, mas apenas pelos interesses de alguns (muito poucos).

Quando, em vez do Governo pagar à SATA a tempo e horas as compensações pela prestação de serviço público a que está contratualmente obrigado, o Governo opta por assobiar para o lado e deixar que a situação financeira da empresa se degrade cada vez mais, é óbvio que não está a defender os interesses dos açorianos e muito menos a perspetivar um futuro no qual os açorianos continuarão a ter direito à mobilidade.

Senhora Presidente

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

A aposta nas low-cost a operarem em duas das cinco gateways da região veio contribuir para uma melhoria dos dados estatísticos no tocante ao turismo, conduzindo, inevitavelmente à centralização de um tipo de turismo e ao aumento de pernoitas porque muitos passageiros das restantes ilhas a isso são forçados.

Está no segredo dos deuses qual a fatura real que é paga às low-cost para operarem na Região isto apesar de sabermos qual o tipo de exigências destas e do seu procedimento quando não lhe dão aquilo que querem (está por conhecer-se a história real do fim de operação da EasyJet na Terceira) e se dúvidas ainda há quem as tenha basta ver o que sucedeu com o aeroporto de Ciudad Real em Espanha.

Neste capítulo fica a seguinte dúvida: será que o dinheiro investido e pago às low-cost para operarem na Terceira e S. Miguel, caso fosse canalizado para a SATA e TAP não daria para que as passagens do e para o destino Açores fossem totalmente grátis? – Será que assim também não teríamos uma adequada gestão dos fluxos de tráfego inter-ilhas efetuada pela SATA Air Açores?

De certeza que na posse dos números exatos ficaremos surpreendidos com a resposta.

Em início de época turística alta para os Açores, é tempo de tomar as indispensáveis medidas que garantam a todos os açorianos, independentemente da ilha em que vivam, o direito à mobilidade e ao escoamento dos seus produtos, sobretudo nos meses que se avizinham.

Termino questionando de modo muito direto o Governo:

Está ou não o Governo em condições de garantir que nenhum açoriano será impedido nos meses que se avizinham de se deslocar a outra ilha por necessidade de assistência médica ou por outra ponderosa e inadiável razão, devido a indisponibilidade de lugar nos voos?

Está ou não o Governo em condições de garantir que produtos regionais de exportação (como o pescado, flores, entre outros) não ficarão retidos na origem por indisponibilidade de espaço para o seu transporte nos voos previstos para o período que se avizinha?

Cidade da Horta, Sala das Sessões, 17 de maio de 2018

O Deputado do PCP Açores,



João Paulo Corvelo